

**ANAIS DO
IX SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS
PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA**

(Florianópolis, 17 a 23 de julho de 1977)

Organizados pelo Prof. Eurípedes Simões de Paula

**Publicados pela Profa. Alice Piffer Canabrava
Secretário Geral da ANPUH**

O HOMEM E A TÉCNICA

Volume III

SÃO PAULO - BRASIL

1979

O PROGRAMA DE DOCUMENTAÇÃO EM HISTÓRIA ORAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (*).

CARLOS HUMBERTO P. CORRÊA
da Universidade Federal
de Santa Catarina.

Tendo como ponto de partida o primeiro Curso de Especialização em História, em nível de Pós-Graduação, realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1974, quando foram ministradas aulas pelo professor George P. Browne de Técnica de História Oral dentro do rol das disciplinas envolvidas sob o título geral de Metodologia da Pesquisa Histórica, o Departamento de História da Universidade aprovou a implantação do Programa de Documentação em História Oral já naquele ano.

A partir daí, em 1975, com a representação de um membro daquele colegiado no Curso Intensivo de História Oral realizado no Rio de Janeiro sob os auspícios da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) e da Fundação Getúlio Vargas bem como com a realização do segundo Curso de Especialização, desta vez ministrado pelo professor Vamireh Chacon, implantou-se o Laboratório de História Oral da Universidade, cuja coordenação nos foi entregue e sobre a experiência adquirida através do trabalho ali desenvolvido, pretendemos discorrer nesta breve comunicação.

(*) - Comunicação apresentada na 1a. Sessão de Estudos, Equipe C, no dia 18 de julho de 1977 (Nota da Redação).

O objetivo inicial do Programa de História Oral, aprovado pelo Departamento de História, foi o de levantar o máximo possível de memórias gravadas, através de técnica própria, memórias de pessoas que, por suas vivências e origens oferecessem experiências que servissem como base documental para o estudo da colonização estrangeira, tão rica e variada, neste Estado de Santa Catarina. Naturalmente que não haveríamos de querer o depoimento dos primeiros colonos que aqui chegaram em meados do século passado, mas o dos colonos das segunda e terceira gerações que alcançaram o nosso território no início deste século.

O caleidoscópio cultural existente em Santa Catarina, em virtude da variedade étnica, é realmente rico e precioso para que não se percam depoimentos sérios e fundamentais para a montagem do intrincado jogo de paciência que é a história social deste Estado. Tanto a análise do desenvolvimento interno de núcleos coloniais isolados que continuaram e permanecem ainda, até certo ponto sem muitas influências havidas da aculturação, até a análise mesmo da própria cultura de outros núcleos diferentes e oriundos de origens variadas, estes dois aspectos são praticamente inexplorados na historiografia catarinense. São recentemente começam a se esboçar trabalhos ligados ao tema, mas quase sempre dentro de uma metodologia de história quantitativa, em detrimento da história das idéias.

Outro aspecto que motivou a implantação do Programa de História Oral foi a necessidade da revisão da história política republicana, tanto no campo estadual, quanto em seu aspecto eminentemente municipal. A falta de documentação escrita, bem como a destruição ou o desaparecimento de arquivos públicos e particulares e, por outra, o próprio respeito ou a temeridade de alguns historiadores em analisarem com mais profundidade aspectos políticos republicano catarinense que envolvem pessoas vivas ou seus descendentes diretos, também deixou profunda lacuna na historiografia regional.

A estes dois campos, o da história da colonização estrangeira e o da história política, ambas do período republicano, nos propusemos abraçar e propor como metas do Programa a ser desenvolvido.

Aliás, duas áreas perfeitamente adequadas ao método empregado

pela História Oral, pois o depoimento pessoal tanto político quanto do colono, mais do que em muitos documentos escritos, documentos oficiais, relatórios, refletem com precisão a idéia, a experiência e o sentimento do homem da época.

A História Oral tem valor para a pesquisa histórica quando complementa a documentação escrita. A entrevista gravada ou sua transcrição é confundida geralmente com as muitas existentes nos campos da sociologia, da antropologia, e de outras áreas das ciências humanas.

No caso específico das áreas que serviram como base para o Programa do Laboratório de História Geral, a da colonização e a da política, o documento escrito que serve normalmente para reconstituição da história é geralmente o oficial, a carta ou o ofício, comunicando alguma coisa ou respondendo alguma solicitação, ou mesmo externos relatórios oficiais relatando fatos administrativos. De qualquer maneira, todo documento escrito que serve como documento histórico está, necessariamente, restrito a uma série de limitações que vão desde a preocupação das regras gramaticais até outras restrições naturais com que a comunicação escrita se depara. Atrás do documento escrito existem acontecimentos que tornaram possível a sua existência e que envolvem pessoas as mais diversas, que o próprio documento em si não tem condições de contar, mas que muitas vezes são a chave para a compreensão dos fatos.

O documento de História Oral, por outro lado, não tolhe seu autor no que diz respeito à organização de idéias, regras gramaticais, termos oficiais, etc., permitindo uma maior espontaneidade no tratamento dos assuntos, principalmente na maneira simples de expressão da idéia. O documento transcrito de uma gravação livre, somente encaminhada pelo historiador, permite explicar as verdadeiras causas dos fatos, os reais motivos que permitiram ou exigiram a expedição do documento escrito, principalmente se considerarmos que a História Oral permite o registro de memórias de personagens de ambos os lados do acontecimento, enquanto que uma análise que tem fonte somente documentos escritos tende mais facilmente a uma visão mais unilateral dos fatos, que é geralmente o ponto de vista

oficial.

No planejamento inicial do Projeto de Documentação de História Oral, considerando a variedade maior de aspectos abrangentes de assuntos que vão desde as técnicas agrícolas utilizadas pelos colônios, até os aspectos sociais e mesmo religiosos ou psicológicos, ao tema "colonização", enfim, denominamos "Projeto Geral" (PG), enquanto que ao segundo tema, por ser uma área mais restrita de análise, a política, denominamos "Projeto Especial" (PE).

De pronto nos deparamos com dois tipos de informantes ou memorialista que, por suas características, exigiram técnicas distintas de entrevistas. Um, o camponês ou artesão, de origem estrangeira, quase sempre de poucas luzes intelectuais e, talvez, por isso, menos permeável às respostas esclarecedoras, mais fechado às informações desejadas; outro, o político local, o político estadual, o líder comunitário, o de maior vivência e experiência social, aquele, enfim, que desejava, talvez, justificar seus passados e suas atitudes políticas. Constatamos a realidade das afirmações do professor Janes W. Wilkie em seu trabalho intitulado *Elitlore*, quando aquele pesquisador norte-americano, especializado em entrevistar líderes políticos latino-americanos, analisa características psicológicas bem definidas que se adaptam perfeitamente às lideranças sul-brasileiras. Constatamos, também, a experiência relatada pela professora Eugênia Meyer, do Instituto Nacional de Antropologia e História da Universidade do México, experiência esta tirada das entrevistas com camponeses mexicanos. E, destas constatações, uma lição nos ficou, a que as entrevistas realizadas com os dois tipos de pessoas, a do povo e o líder, tem que ser necessariamente diferentes entre si e exigem, por isso, técnicas novas e adaptadas ao caso.

Da mesma maneira que o ponto de vista dos dois tipos de pessoas é diferente em relação ao mesmo assunto, os meios de extrair informações deles também diferem. Quer por suas origens que condicionam suas funções psicológicas, quer pela própria atividade econômica que lhes dá em consequência um *status* social diverso, o colôno estrangeiro, principalmente o de após guerras e os de origem germânica e italiana, que formam a grande massa em Santa Catarina, é

geralmente um homem desconfiado, fechado em si e voltado inteiramente a uma vida privada simples, apesar das condições econômicas satisfatórias. Em consequência, são menos falantes e, por isso, muitas vezes requerem um envolvimento subjetivo maior para se tirar deles informações de certa validade histórica. O outro, aquele que já ocupou algum posto de liderança local ou regional, é bem mais receptivo a este tipo de trabalho. O líder, ou pseudo-líder político muitas vezes se interessa mesmo pela entrevista porque sabe que tal trabalho se transformará em documento para ser usado por pesquisadores e, mesmo que não tenha feito uma boa administração e conscientemente confesse isto, ficarão suas memórias registradas para a História. Mas, preocupa-se pela sinceridade - e isto é importante - e preocupa-se também em justificar seus atos passados.

Outras áreas de vivência histórica também são abrangidas pelas entrevistas, só que em menos intensidade, donde podemos destacar as experiências com ex-combatentes da segunda Guerra Mundial, a evolução do ensino primário em Santa Catarina e aspectos religiosos em geral.

Um fato interessante que se pode tirar da observação das memórias dos ex-combatentes é que na quase totalidade das entrevistas, que somam a mais de uma dezena de elementos oriundos de companhias militares diferentes, encontra-se uma total omissão voluntária ou não das descrições de momentos de batalhas. Os entrevistados limitam-se a relatar acontecimentos pouco ligados aos atos militares, propriamente dito, concentrados principalmente nas viagens ou deslocamentos, tipos de alimentação e vestuário e, sempre que possível, fazem crer numa maior intimidade com seus superiores. A descrição de certos fatos é idêntica em todos os entrevistados, apesar de sabermos terem participado de grupos diferentes, como se um certo número de fatos tivessem acontecido com todos da mesma maneira.

Quanto à colonização, levantamos um acervo que já conta com entrevistas realizadas com alemães, italianos, poloneses, sírio-libaneses, húngaros, essencialmente, além de elementos de outras nacionalidades.

O Projeto Especial, que abrange experiências políticas, compreende entrevistas com ex-prefeitos de Florianópolis, Itajaí, Tubarão e, recentemente, em vias de execução, de Joinville, todos havendo exercido a prefeitura em seus municípios após 1940, cobrindo, portanto, para cada área, uma continuidade histórica das administrações de 35 anos ininterruptos.

A importância do trabalho realizado com técnicas de História Oral em casos como este, onde há uma continuidade cronológica relativamente extensa de administração, é que após passados anos de suas funções políticas, o entrevistado tem perante si um horizonte bem maior para a análise de seu trabalho diante do cargo público, pois pode vislumbrar, comparativamente e continuamente, a maneira como recebeu a administração e como a entregou; se houve ou não continuidade administrativa de sua parte em relação ao antecessor, suas causas, e se houve possibilidade de oferecer ao seu sucessor elementos para esta mesma continuidade. Os meandros da política local, as intrigas e os desditos são facilmente revelados e comprovados através da comparação entre as informações de pessoas da época. Este trabalho se completaria com entrevistas com secretários municipais e chefes políticos de cada período, permitindo, assim, uma visão geral da administração e dos problemas políticos locais. Enfim, oferece um mundo de informações aproveitáveis para a reconstituição histórica.

O laboratório já conta, até o presente momento, com 113 entrevistas prontas para serem usadas, sendo algumas com informações sigilosas e com restrições de uso de 20 anos.

Aliás, grande passo foi dado neste sentido, o do estabelecimento de uma forma legal de preservação do sigilo de certas informações, pois, apesar de não haver regulamentação específica sobre o assunto, no Brasil, dada a seriedade do trabalho desenvolvido no Laboratório e a maneira com que são conduzidas as entrevistas, pelos entrevistadores que são na maioria alunos de pós-graduação, cremos ter alcançado um grau de crédito suficiente para que as informações obtidas sejam fiéis a uma realidade que impede a divulgação pública de certas memórias. Desta maneira, os informantes, ou entrevistados, já se sentem mais espontâneos em infor-

marem os fatos, pois sabem que, de acordo com suas vontades, a entrevista só será divulgada após data por ele estipulada.

Sem o devido apoio legal, pela precariedade da legislação vigente, prendemo-nos, entrevistadores, entrevistados e Laboratório de História Oral, somente pelo compromisso do cumprimento da sigilosidade através de um termo de doação e de um recibo de entrevista.

Estes simples documentos são os únicos meios que podemos oferecer como garantia de que a entrevista será ou não utilizada após o prazo desejado pelo entrevistado.

A Lei 5.988 de dezembro de 1973, que *"regula os direitos autorais e dá outras providências"*, classifica como *"fonograma"* a fixação sonora de uma obra em suporte material, no caso, a fita magnética ou disco. Entretanto, no que diz respeito à utilização de obras intelectuais (título IV da Lei), da utilização de fonograma em particular, teve seu artigo 83 completamente vetado. Desta maneira, as possibilidades de regulamentação da utilização do material gravado fica, assim, perdida, pelo menos no momento. Este aspecto oferece problemas porque dificulta, também, a utilização do material gravado, pois a peça assim composta não serve como documento legal. Daí a necessidade de sua transcrição que, além de facilitar a pesquisa, transforma-se em documento escrito pois são assinadas as páginas como comprovação da veracidade das informações citadas, pelo entrevistador.

O documento, então, passa a ser, realmente a transcrição e não a gravação. Esta somente servirá para fins de comprovação ou análise do informante através de sua voz.

Temos sempre em conta que o Programa de Documentação de História Oral não visa, necessariamente, a utilização imediata da entrevista como fonte de pesquisa, mas, e principalmente, objetiva a formação de um acervo para ser utilizado pelos pesquisadores num futuro indeterminado. Daí a nossa despreocupação a respeito dos espaços de tempo em que as entrevistas ficarão seladas segundo a vontade do informante, desde que as informações sejam verdadeiras. E, temos certeza, sempre o são.

Entretanto, o acervo de mais de 1360 páginas datilografadas das transcrições de entrevistas deveria estar pronto para ser consultado. Para tanto, foram elaborados índices particulares para cada entrevista transcrita, constando de todos os nomes de pessoas, de lugares e assuntos citados. Por outro lado, organiza-se, no momento, fichário geral dos nomes indexados em cada entrevista, o que facilitará ao pesquisador a localização rápida do assunto desejado. Além, elabora-se, no momento, também, um catálogo geral do resumo de cada uma das 113 entrevistas que, após publicado e distribuído, dará condições a que pesquisadores de outros estados solicitem cópias do material desejado.

Desta maneira cremos que o Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina passará a ocupar lugar de destaque como Centro de Documentação de História Regional. Somente a pesquisa através da utilização do material que está se coletando paulatinamente, dará o verdadeiro sentido ao Projeto de Documentação, bem como ao reconhecimento da validade do método empregado.

* *

*

INTERVENÇÕES

Do Prof. *Américo da Costa Souto* (da Universidade Federal de Santa Catarina).

Declara:

"Fazendo justiça ao colega, congratula-se com a forma pela qual encaminhou o trabalho e pela validade do mesmo .

Perguntaria se, afinal, se fazem ou não "perguntas" numa entrevista?"

*

Da Profa. *Plauta Carolina Irion* (Universidade Federal de Santa Maria).

Indaga:

"As entrevistas dadas com tempo para serem divulgadas também são transcritas no momento da realização da entrevista?

Existe um termo de compromisso entre as partes neste caso?"

*

Do Prof. *Almir Rosa* (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da União da Vitória - PR).

Indaga:

"O Autor afirmou que o entrevistado não sabe o que lhe vai ser perguntado. Em face disso desejo saber:

- 1.- A entrevista não pode ser feita com roteiro pré-estabelecido?*
- 2.- O entrevistado não poderia ter conhecimento deste roteiro, o que poderia evitar que certos trechos da gravação fosse "lacrado"?"*

*

Do Prof. *Jaciro Campante Patrício* (UNESP - Marília).

Disse:

"Não me parece suficientemente clara a técnica empregada, por

exemplo, o questionário é padrão ou específico para cada entrevista?

Baseado em quantos critérios seria possível afirmar que o entrevistado não está mentindo?

A mentira, a nosso ver, também tem valor histórico".

*

Do Prof. José Carlos Sebe Bom Meihy (da Universidade de São Paulo).

Cumprimentando o Autor pela comunicação, pergunta:

"Como são 'conduzidas' as entrevistas?

Não seria a História Oral mera variante das 'visões do mundo' (Goldmann)? Como utilizar na prática a História Oral para não se cair na análise possível do entrevistado?"

*

Da Profa. Iriana Vassilieff (da Universidade de São Paulo).

Declara:

"Professor, estou usando a técnica de depoimento oral com elementos de comunidade estrangeira, extremamente refratários a depoimentos, de maneira camuflada (os entrevistados não têm conhecimento da gravação). Quais os possíveis problemas éticos e de autenticidade aí implicados?"

*

Da Profa. Carmen Helena Mirco (F.U. do Rio Grande).

Pergunta:

"Como funciona o Laboratório de História Oral em termos de elemento humano, número de componentes e critérios de seleção?

O que garante a fidelidade do historiador ao texto em relação à gravação ouvida? Quais os recursos de que dispõe o Laboratório

rio para se posicionar em relação à autenticidade da síntese histórica?"

★

Do Prof. Joaquim Osório Ribas (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória-PR).

Indaga:

"Se é válido, como documento, a citação de uma gravação num trabalho científico?"

★

Da Profa. Maria Stella Martins Bresciani (UNICAMP).

Disse:

"Quero inicialmente congratular-me com você pela "coragem" de transpor os estreitos parâmetros da documentação escrita, aos quais têm sido condenados os pesquisadores da História.

Além de agilizar as possibilidades de fontes, essa técnica de recolhimento de dados nos faz refletir sobre quanto nos temos submetido à tirania dos documentos considerados de validade indiscutível e com isso, preocupados com a mentira possível da transmissão oral, temos deixado de lado a mentira escrita e institucionalmente referendada nos arquivos oficiais".

★

Da Profa. Helena Pignatari Werner (da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

Pergunta:

"Porque a História Oral encontra resistência, servindo somente, se apoiada em documentos?

A primeira comunicação entre os homens não foi "escrita", foi "falada".

Nos parece que o grande problema acaba sendo o da autenticidade (independente da forma como é manipulada pelo historiador).

Como autenticar as gravações?"

*

Do Prof. Valmir Martins (da Universidade Federal de Santa Catarina).

Declara:

"Com a história política, o Sr. falou que as entrevistas são feitas com "pessoas ilustres". O Sr. não acha que mais uma vez o programa está construindo uma "história oficial"? Que mais uma vez a própria orientação do programa vê a história política desligada da grande maioria da população que vive a história política do Brasil e que a constrói?"

Que falta de "garantia" já de saída torna o "testemunho" suspeito?"

*

Da Profa. Lúcia Teixeira Leme (UNICAMP)

Pergunta:

"Tendo-se como dados o documento oral (ou escrito), como se pensar a sua utilização, se partimos do princípio que ambos veiculam uma ideologia?"

* *

*

RESPOSTAS DO PROF. CARLOS HUMBERTO CORRÊA

Respondeu:

Ao Prof. Américo da Costa Souto

"Naturalmente que toda entrevista é conduzida através de perguntas e respostas. Senão, a entrevista passaria a ser somente um monólogo e não um diálogo".

A Profa. Plauta Carolina Irion

"Mesmo as entrevistas com tempo marcado para serem divulgadas ou "lacradas", são transcritas imediatamente após a realização da mesma, pois o entrevistado deve estar de acordo com a transcrição e, para tal, assiná-la. Só que neste caso a entrevista deve ser transcrita pelo entrevistador e não por outra pessoa. Existe um termo de compromisso entre as partes — entrevistado, entrevistador e instituição guardadora — dependendo do caso: livre divulgação, divulgação parcial ou lacramento total. Este termo de compromisso deve ser cumprido à risca, pois, de maneira diferente, porá em dúvida a seriedade científica da técnica".

*

Ao Prof. Almir Rosa

"Nunca se deve elaborar um roteiro pré-estabelecido, pois quebra a autenticidade e a naturalidade que caracterizam as entrevistas de história oral. Por outro lado, não nos preocupa o fato de certa informação ser "lacrada" ou não, desde que ela exista e possa algum dia ser utilizada".

*

Ao Prof. Jaciro Campante Patrício

"O questionário nunca é padrão, variando as perguntas para cada tipo de entrevista, assunto, etc.

Não se pode afirmar taxativamente que o entrevistado não está mentindo. Entretanto, a responsabilidade da própria entrevista através de depoimento assinado faz com que as mentiras sejam reduzidas. Por outro lado, mesmo quando as há, é possível identificá-las, tendo em vista a possibilidade de checagem com outras entrevistas com a mesma pessoa ou pessoas diferentes".

*

Ao Prof. José Carlos Sebe Bom Meihy

"As entrevistas são conduzidas através de técnica própria

da história oral que somente pode ser mostrada durante uma longa explanação. Entretanto, em linhas gerais, o entrevistador deve ter sempre em mente o "assunto principal" que o levou a escolher tal informante. Este assunto, apesar de ser "principal" não é, em hipótese alguma, o único a ser desenvolvido no transcurso da entrevista, através de perguntas e respostas explicativas e informativas. A vida do entrevistado, contada por ele mesmo, poderá ocupar grande parte da entrevista, sem ser tocado o "assunto principal".

Quanto à segunda pergunta, temos a dizer que é muito difícil que somente numa entrevista com uma só pessoa, sejam respondidas todas as indagações do pesquisador. Ele precisará de um conjunto de entrevistas com pessoas diferentes e com opiniões divergentes para ter uma noção tanto quanto polivalente de qualquer assunto".

*

À Profa. Irina Vassilieff

"O documento de história oral somente tem validade quando o informante tem noção exata de que está fornecendo informações orais e estas informações estão sendo gravadas e serão transcritas. A gravação camuflada não tem nenhum valor como depoimento digno de fidelidade. Acredito que a partir do momento em que o informante saiba que está sendo gravado para fins científicos, as informações poderão ser em menor quantidade, mas serão enriquecidas pela qualidade, em qualquer nível sócio-econômico em que se encontre o entrevistado. Esta noção psicologicamente lhe eleva em importância, pois mostra que realmente o que ele tem a dizer tem valor histórico".

*

À Profa. Carmen Helena Mireo

"Atualmente, o Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina conta somente com os alunos do Curso de Mestrado em História, variável, portanto, bem como alunos de especialização de outras fundações educacionais do Estado. Pretendemos que até o início de 1978 o Laboratório já conte com uma equipe técnica

ca fixa de entrevistadores e transcritores, todos em nível de pós-graduação em História. Os recursos de que dispõe o Laboratório em relação à autenticidade da informação são subjetivos, mais perfeitamente válidos. O fato de o entrevistado ter consciência de que vai fornecer determinada informação com certo conteúdo sobre sua vida e dos acontecimentos dos quais tenha participado e saiba que tal informação passará a fazer parte do acervo de uma Universidade e será utilizado por pesquisadores em tal nível, num futuro indeterminado, compromete-o, subjetivamente, a dizer a verdade. Pelo menos a verdade do seu ponto de vista. Raríssimas vezes existem casos em que se verifica a mentira intencional".

★

Ao Prof. Joaquim Osório Ribas

"A citação de uma entrevista é inteiramente válida, necessária e obrigatória em qualquer trabalho científico, como a citação de qualquer outra fonte tradicional, desde que corretamente.

Como as transcrições e respectivas gravações encontram - se guardadas em estabelecimentos públicos ou coleções particulares, as mesmas devem possuir determinado número de código que as identifique. Geralmente a citação se faz da seguinte maneira: "Entrevista de fulano de tal concedida a beltrano aos tantos dias do mês tal de mil novecentos e tantos, em (cidade), registrada sob número ... nos arquivos ou coleção particular...".

★

À Profa. Helena Pignatari Werner

"A história oral encontra resistência somente no Brasil e em algumas áreas. Quase todos os países europeus, a América do Norte e alguns países sul-americanos se utilizam da história oral sem resistência alguma por parte dos historiadores. Talvez o velho preconceito de que fonte digna de fé tem que ser somente o documento escrito --- e principalmente o oficial --- seja, para alguns historiadores, o grande elemento que os faz resistir à vali

dade da história oral.

A gravação da entrevista, por outro lado, já se constitui num documento histórico, mesmo que não o seja juridicamente. A transcrição literal da gravação passada para o papel e transformada em documento escrito é feita somente para facilitar o manuseio da informação, desde que acompanhada do respectivo índice e resumo.

A autenticação é feita tanto na fita, quanto na transcrição. Na segunda, o entrevistado assina cada página do documento, identificando, assim, o que falou e foi transcrito e reafirmando tal ato. A autenticação na fita é feita pela gravação das palavras do entrevistado identificando-se e concordando com a respectiva transcrição. Aparelhos modernos podem perfeitamente identificar a autenticidade da "voz gravada" em consonância com a "voz falada" do entrevistado, caso haja dúvidas quanto ao fato".

*

Ao Prof. Valmir Martins

" O programa de história política do Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina não está completo, naturalmente por motivos de falta de material humano, pois conta somente com alunos de pós-graduação em História. Entretanto, o programa está dividido em etapas das quais, a primeira delas é a da execução com "pessoas ilustres" ou, mais precisamente, ex-prefeitos municipais. A etapa seguinte consiste em entrevistas com secretários municipais e, posteriormente, com chefes políticos locais, e assim sucessivamente, até se chegar a uma abrangência maior. Desta maneira, não vemos o perigo de se estar fazendo um acervo para uma história oficial.

Quanto à segunda pergunta, relacionada à falta de "garantia", ela é uma realidade que diz respeito a qualquer depoimento e um fato que não podemos solucionar. De qualquer maneira, existe — o que é importante — a confiança ética entre entrevistado e entrevistador".

*

À Profa. Lúcia Teixeira Leme

"Todo documento tem por finalidade a informação de determinado assunto. Considerando que todo documento, por ser elaborado por alguém, espelha indiretamente determinada ideologia que cada um a possui, não vemos por que o documento oral possa ter uma utilização diferente dos demais documentos tradicionais. O problema da ideologia existe em cada um dos documentos oficiais ou não e depende do pesquisador e do historiador a sua utilização".